



## Último aviso

Franziska Becker

“Como se explica que uma cartunista tão brilhante tenha sido deixada de lado por tanto tempo no Brasil?” – Laerte

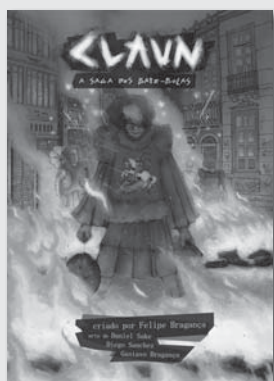
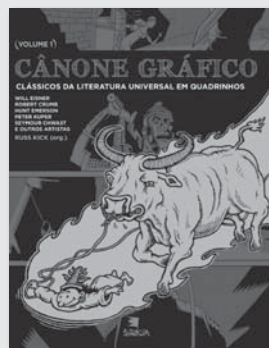
Primeira publicação no país da obra da cartunista alemã Franziska Becker, a coletânea apresenta um afiado olhar feminista sobre vida privada, consumo, moda, dinheiro, relacionamentos, política e religião, em uma crônica contemporânea e bem-humorada da vida cotidiana.

Uma visão ácida e corrosiva sobre a sociedade atual na forma de vibrantes imagens aquareladas.

## Cânone gráfico: clássicos da literatura universal em quadrinhos, v. I

Russ Kick (org.)

Fantástica antologia com o melhor da literatura de todos os tempos em releituras feitas por grandes quadrinistas – de Will Eisner a Robert Crumb, o primeiro volume reúne clássicos do Ocidente ao Oriente, contemplando obras de Homero, Lao-tsé, Platão, Dante Alighieri, Shakespeare, Voltaire e Miguel de Cervantes. Das tragédias ao iluminismo, o livro aborda ainda a literatura religiosa, desde o Novo e o Velho Testamentos até as literaturas hindu, maia e asiática. Imperdível!



## Claun: a saga dos bate-bolas

Felipe Bragança

Com arte de Gustavo M. Bragança, Daniel Sake e Diego Sanchez

No início do século XX, quando o Carnaval era uma festa para poucos e o Rio de Janeiro passava por grandes transformações, grupos de mascarados se reuniam nos becos e enfrentavam a ordem pública e a repressão – os bate-bolas! A tradição continua viva, e imerso nesse universo mitológico o cineasta Felipe Bragança idealizou o projeto transmídia CLAUN, composto por uma graphic novel, uma websérie e um jogo de vídeo game online.

Saiba mais: [www.claun.com.br](http://www.claun.com.br)

## A Associação Internacional dos Trabalhadores, 150 anos depois

RICARDO ANTUNES

Em 28 de setembro de 1864, há 150 anos, ocorreu a fundação do mais importante empreendimento internacional do trabalho: nascia em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), à qual Marx e um magistral conjunto de militantes e intelectuais comunistas, socialistas e anarquistas, dentre tantas variantes que compreendiam o ideário e a prática anticapitalista, dedicaram parte importante de suas vidas.

Se a história da AIT não foi longa, tendo durado pouco mais de uma década (até 1876), sua experiência foi marcante. Era preciso aglutinar os múltiplos e variados experimentos de lutas operárias em diversas partes do mundo, a fim de dar-lhes a possibilidade de partilhar suas experiências e tecer os laços de solidariedade e fraternidade nas ações de classe, em uma era de constituição do mercado mundial, conforme Marx e Engels afirmaram no *Manifesto Comunista* (1848). Se o capital e suas forças começavam a ganhar contornos crescentemente mundializados, era vital superar a lógica vigente do movimento operário, que ainda se mantinha de forma predominante no espaço nacional. Urgia conferir-lhe potência e organicidade internacionais, ainda que respeitando as singularidades e particularidades de cada país.

Na mensagem inaugural da AIT, após enfatizar que durante os anos 1848-1864 ocorrera simultaneamente uma grande expansão econômica à custa do aumento dos níveis de miserabilidade da classe trabalhadora,

reconhecia-se a necessidade imperiosa de avançar na construção de uma *economia política do trabalho*. E assim reafirmava-se a célebre consigna: *a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores*.

Cento e cinquenta anos depois, o que significa pensar internacionalmente a classe trabalhadora? Teriam suas bandeiras mais gerais perdido o sentido ou seriam hoje ainda mais atuais? A classe trabalhadora contemporânea necessita organizar-se internacionalmente? É possível derrotar o sistema do capital com ações e formas de luta e confrontação social que se atenham ao espaço nacional? Ou, ao contrário, dada a conformação cada vez mais mundializada do capitalismo, a retomada de um novo projeto contemporâneo de organização internacional dos trabalhadores e das trabalhadoras (e essa adição de gênero é decisiva) torna-se imperiosa?

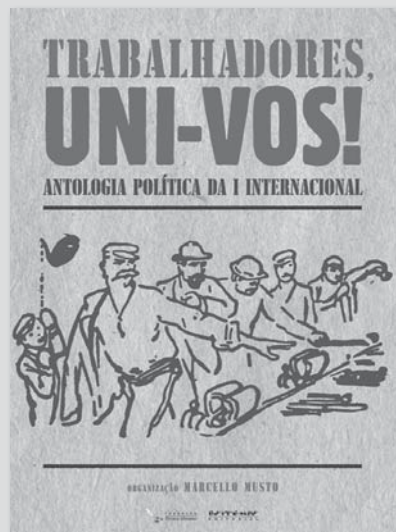
Os textos a seguir, de Marcello Musto e Michael Löwy, são um convite para uma retomada desse tema crucial de nosso tempo. Estão diretamente vinculados ao encontro internacional “AIT: 150 anos depois”, realizado entre 29 de outubro e 3 de novembro de 2014 em várias universidades brasileiras, com o objetivo de possibilitar uma discussão ampla e profunda sobre a importância da AIT e seu legado.

## Uma bandeira comum: marxistas e anarquistas na I Internacional

MICHAEL LÖWY

I  
Marxistas e anarquistas – termos que não eram comuns à época – fizeram parte da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a I Internacional, desde sua origem, em 1864. Mas os desacordos entre os partidários de Marx e os de Bakunin levaram a uma amarga divisão em 1872. Logo depois, a AIT “marxista” dissolveu-se *de fato*, enquanto os bakuninistas criaram ainda naquele ano, em uma conferência em Saint-Imier, na Suíça, sua própria AIT, que, de maneira precária, existe ainda hoje. Para Marx, as razões para a cisão foram as tendências pan-eslávicas e o fracionalismo antidemocrático e conspiratório de Bakunin. De acordo com o filósofo russo, por sua vez, a divisão resultou da orientação pan-germânica de Marx, assim como de seu comportamento intolerante e autoritário. A despeito dos óbvios exageros, ambas as acusações têm certa verdade, e os equívocos dificilmente podem ser imputados a apenas um dos dois lados. Historiadores marxistas e anarquistas reproduziram esses argumentos, cada grupo culpando o outro pela crise na AIT. E mesmo quando não tomaram partido, muitos acadêmicos também enfatizaram o conflito de ideias e práticas entre os dois<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Um exemplo recente é Robert Graham, “Marxism and Anarchism on Communism: The Debate between the Two Bastions of the Left”, em Shannon Brincat (org.), *Communism in the 21<sup>st</sup> Century*, v. 2: *Whither Communism?* (Oxford, Praeger, 2014).



### Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional

Fundada em Londres em 28 de setembro de 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) se tornou símbolo da luta de classes e influenciou as ideias de milhões de trabalhadores ao redor do mundo. Com textos inéditos, cuidadosamente selecionados e traduzidos, este volume, organizado por Marcello Musto, configura um arquivo de valor inestimável para a história e a teoria do movimento dos trabalhadores, bem como para a crítica do capitalismo. O livro conta ainda com uma extensa introdução crítica do organizador.

**BOITEMPO**  
EDITORIAL

Tel. (11) 3875-7250 3875-7285  
editora@boitempoeditorial.com.br  
www.boitempoeditorial.com.br

O que se perde nessa abordagem, que predomina amplamente na literatura da I Internacional, é o simples e importante fato de que essa era uma Associação onde, a despeito dos desacordos e conflitos, partidários de Proudhon, Marx, Bakunin, Blanqui e outros puderam trabalhar juntos por muitos anos, eventualmente adotando resoluções comuns e lutando lado a lado no maior evento revolucionário do século XIX, a Comuna de Paris. Levantemos breve e esquematicamente alguns dos principais momentos dessa história esquecida da “união” de marxistas e anarquistas na AIT.

## II

Logo depois da fundação da I Internacional, seu Conselho Central atribuiu a Karl Marx a redação das chamadas “Regras provisórias da Associação”\*. O documento começa com o célebre chamado “a emancipação da classe trabalhadora deve ser conquistada pela própria classe trabalhadora”, que permaneceu ponto comum para marxistas e anarquistas.

Desde o começo, anarquistas e *libertaires* – uso o termo francês, que refere-se a uma ampla e antiautoritária tendência socialista revolucionária, porque seu equivalente inglês, *libertarians*\*\*\*, foi sequestrado por uma ideologia capitalista reacionária ultraliberal – estiveram presentes, junto a outros socialistas, na I Internacional. Isto se aplica, antes de tudo, aos seguidores de Proudhon (1809-1865), cujas relações com os socialistas marxianos não eram necessariamente conflituosas. Entre os amigos de Marx e os representantes da corrente proudhoniana de esquerda, como o belga César de Paepe e o francês Eugène Varlin, havia concordâncias significativas. Ambos opunham-se aos prudhonianos de direita (pequeno-burgueses), partidários do chamado “mutualismo”, um projeto econômico baseado na “troca equitativa” entre os pequenos proprietários. Um dos principais proponentes do mutualismo e da propriedade privada era o representante francês Henri Tolain, que mais tarde seria expulso da I Internacional por traição, pelo seu apoio ao governo burguês de Versalhes contra a Comuna de Paris.

No Congresso de Bruxelas da AIT, em 1868, a aliança entre as duas tendências resultou na adoção, contra os “mutualistas”, de um programa *coletivista*, apresentado pelo socialista *libertaire* César de Paepe. Essa

\* Ver Marcello Musto (org.), *Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional* (São Paulo, Boitempo, 2014). (N. E.)

\*\*\* O texto foi originalmente escrito em inglês (N. E.)

resolução propôs a propriedade coletiva dos meios de produção – terras, minas, florestas, máquinas e meios de transporte<sup>2</sup>. A resolução sobre as florestas parece, em retrospecto, uma das mais interessantes, do ponto de vista de suas implicações socialistas e ecológicas:

Considerando que o abandono das florestas a indivíduos privados causa a destruição das matas necessárias à conservação das fontes e, evidentemente, das boas qualidades do solo, assim como da saúde e da vida da população, o congresso acredita que as florestas devem permanecer como propriedade da sociedade.<sup>3</sup>

Ambas as tendências também apoiaram a resolução que afirmava que os trabalhadores deveriam responder à guerra através da greve geral. Karl Marx (que não estava presente em Bruxelas) não gostou dessa resolução, considerando-a irrealista, a despeito de ter sido proposta por um de seus seguidores, Charles Longuet – que logo viria a se tornar seu genro, casando-se com Jenny Marx.

Foi nesse momento, em 1868, que Bakunin ingressou na Internacional. Ele considerava-se, em diversas questões, solidário às ideias de Marx. Conheceu-o durante uma visita à Londres em 1868; em 1867, Marx o havia enviado uma cópia da primeira edição, em alemão, de *O capital*. Bakunin reagiu entusiasmadamente; celebrou o “sr. Karl Marx, o ilustre líder do comunismo alemão”, e “sua magnífica obra *Das Kapital*”. Acreditava que o livro deveria ser traduzido para o francês,

porque, até onde sei, nenhum outro livro contém uma análise tão profunda, luminosa, científica, tão decisiva, e, se me permitem dizer, é tão impiedoso em desmascarar a formação do capital burguês e a exploração cruel e sistemática que este continua a impor sobre o trabalho proletário. A única deficiência do livro [...] é que está escrito, em algumas partes, num estilo muito metafísico e abstrato [...], o que torna sua leitura muito difícil, quase impossível para a maioria dos trabalhadores. Entretanto, são os trabalhadores que devem lê-lo. Os burgueses nunca o farão, ou, se o lerem, não o entenderão, e se o entenderem, nunca o mencionarão; este livro, sendo nada menos do que a sentença de

<sup>2</sup> Ver Gaetano Manfredonia, *L'Anarchisme en Europe* (Paris, PUF, 2001), col. Que Sais-Je?, p. 36.

<sup>3</sup> Amaro del Rosal, *Los congresos obreros internacionales en el siglo XIX* (Cidade do México, Grijalbo, 1958), p. 159 [ed. bras.: vários autores, [“Resoluções do Congresso de Bruxelas (1868)”], em Marcello Musto (org.), *Trabalhadores, uni-vos!*, cit., p. 109].

morte deles, cientificamente motivada e irrevogavelmente pronunciada, não como indivíduos, mas como uma classe.<sup>4</sup>

Não foi por acaso que em 1879, alguns anos depois da cisão, um partidário próximo a Bakunin, o anarquista italiano Carlo Cafiero, produziu uma versão popular de *O capital*, que foi considerada muito útil por Marx.

Obviamente, desde o início houve fortes desacordos entre Marx e Bakunin. Em uma carta à Herzen, Bakunin mencionou sua oposição de princípio ao que ele chamou de “comunismo-estatal” de Marx. Mas no mesmo texto ele acrescentou, referindo-se a Marx: “nós não devemos subestimar, e eu certamente não o faço, os imensos serviços que ele prestou à causa do socialismo, a qual serviu com inteligência, energia e sinceridade nos últimos 25 anos; nesse empenho ele indubitavelmente superou todos nós”<sup>5</sup>.

Em 1869, na Conferência da AIT na Basileia, as duas tendências coletivistas aprovaram uma resolução comum propondo a socialização da terra. Entretanto, os anarquistas obtiveram uma vitória simbólica por ganhar apoio significativo – mas não a maioria requerida – para sua resolução em favor da abolição da herança: 32 votos a favor entre os 68 delegados (23 contra e 13 abstenções). Marx e seus amigos do Conselho Geral argumentaram que a herança era apenas uma consequência do sistema econômico, baseado na propriedade privada dos meios de produção, e que não era a causa da exploração. Sua proposta – taxar, ao invés de suprimi-la – conseguiu apenas 19 votos (37 contra, 6 abstenções). Bakunin viu essa última votação como uma “vitória completa” de suas ideias.

### III

Com a Comuna de Paris de 1871, anarquistas e marxistas cooperaram no primeiro grande experimento do poder proletário na história moderna. Já em 1870, Leo Frankel, um ativista trabalhador húngaro que vivia na França, amigo próximo de Marx, e Eugène Varlin, o dissidente proudhoniano, trabalharam juntos para a reorganização da seção

<sup>4</sup> Citado em G. P. Maximoff (org.), *The Political Philosophy of Bakunin* (Londres, The Free Press of Glencoe, 1953), p. 187. Ver também Mikhail Bakunin, *Œuvres* (Paris, Champ Libre, 1982), v. VIII, p. 357.

<sup>5</sup> Carta de Mikhail Bakunin a Alexander Herzen, 28 de outubro de 1869, reproduzida em “Association Internationale des Travailleurs”, *Wikipedia*, disponível em: <fr.wikipedia.org/wiki/Association\_internationale\_des\_travailleurs>.

francesa da AIT. Depois de 18 de março de 1871, os dois colaboraram intimamente na liderança da Comuna de Paris: Frankel como delegado do Trabalho, Varlin como delegado da Guerra. Ambos participaram, em maio de 1871, da luta contra o exército de Versalhes. Varlin foi alvejado depois da derrota da Comuna, mas Frankel conseguiu imigrar para Londres.

A despeito de sua curta duração, de apenas alguns meses, a Comuna foi o primeiro exemplo histórico do poder revolucionário dos trabalhadores, democraticamente organizado – delegados eleitos pelo sufrágio universal – e suprimindo o aparato burocrático do Estado burguês. Foi também uma autêntica experiência *pluralista*, associando na mesma luta “marxistas” (termo que ainda não existia), proudhonianos de esquerda, jacobinos, blanquistas e republicanos sociais. Claro, as respectivas análises de Marx e de Bakunin sobre esse evento revolucionário eram absolutamente opostas. Pode-se sumarizar a interpretação de Marx através da seguinte citação: “a situação de um pequeno grupo de socialistas convictos na Comuna era excessivamente difícil. Eles tinham de opor um governo e um exército revolucionário ao governo e ao exército de Versalhes”.

Contrário a essa compreensão de que a guerra civil na França travava-se entre dois governos e seus respectivos exércitos, Bakunin desenvolveu um ponto de vista fortemente antiestatal, declarando que a Comuna de Paris “foi uma revolução contra o Estado mesmo, este aborto sobrenatural da sociedade”.

Leitores bem informados já devem ter corrigido essa apresentação: a primeira citação foi de fato escrita por Bakunin, em seu ensaio *A Comuna de Paris e a noção de Estado*<sup>6</sup>. E a segunda foi escrita por Marx, em seu primeiro rascunho de *A guerra civil na França*<sup>7</sup>. Invertemos as citações de propósito, para mostrar que as divergências (inegáveis) entre Marx e Bakunin, marxistas e anarquistas, não são tão simples e óbvias como comumente se crê.

Curiosamente, Marx regozijou-se do fato de que durante os eventos da Comuna os proudhonianos esqueceram a hostilidade de seu mentor para com a ação política revolucionária, enquanto certos anarquistas estavam satisfeitos com o esquecimento do centralismo e a adoção do

<sup>6</sup> Mikhail Bakunin, *De la Guerre à la Commune* (org. Fernand Rudé, Paris, Anthropos, 1972), p. 412.

<sup>7</sup> Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir I. Lenin, *Sur la Commune de Paris* (Moscou, Progress, 1971), p. 45 [ed. bras.: Karl Marx, *A guerra civil na França*, São Paulo, Boitempo, 2011, p. 127].

federalismo nos escritos de Marx sobre a Comuna. É verdade que *A guerra civil na França*, assim como a declaração sobre a Comuna que Marx redigiu em nome da I Internacional e diversos rascunhos e materiais preparatórios desse documento, testemunhou o feroz antiestatismo de Marx. Definindo a Comuna como uma forma política, finalmente encontrada, para a emancipação dos trabalhadores, ele insistiu na ruptura com o Estado, esse corpo artificial, como ele o chamava: essa jiboia-constritora, esse pesadelo sufocante, esse enorme parasita<sup>8</sup>...

De fato, essa não foi a primeira vez que Marx expressou seus pontos de vista fortemente antiestatais. Já o havia feito em seu manuscrito *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843), no qual opõe a “verdadeira democracia” ao Estado, e em alguns escritos políticos, como no *18 de brumário de Luís Bonaparte* (1852), no qual se lê que “o Estado enreda, controla, disciplina, vigia e tutela desde as mais abrangentes manifestações de vida da sociedade civil até os seus movimentos mais insignificantes, desde os seus modos de existência mais universais até a existência privada dos indivíduos”<sup>9</sup>. Na sociedade burguesa moderna “este corpo parasita adquire uma ubiquidade, uma onisciência, uma capacidade para mobilidade acelerada e uma elasticidade que encontra uma contrapartida apenas na dependência impotente, na deformidade desordenada do corpo social (*Gesellschaftskörper*) real”<sup>10</sup>.

Entretanto, depois da Comuna, intensificou-se o conflito entre as duas tendências revolucionárias do socialismo internacional, levando à exclusão de Bakunin e Guillaume (seu seguidor suíço), no Congresso de Haia (1872), e à transferência da AIT para a sede em Nova York – na prática, sua dissolução. Depois dessa cisão, os anarquistas, como mencionado anteriormente, fundaram sua própria Associação Internacional dos Trabalhadores.

A despeito da cisão, Marx e Engels não ignoraram os escritos de Bakunin e, em alguns casos, tiveram de concordar com seus argumentos antiestatais. Um exemplo marcante é a *Crítica do Programa de Gotha* (1875). Em seu livro *Estatismo e anarquia* (1873), Bakunin criticou incisivamente o conceito de “Estado popular”, usado pelos

sociais-democratas alemães, que ele atribuiu (corretamente) a Ferdinand Lassalle e (equivocadamente) a Marx. Quando os seguidores de Marx e Lassalle se uniram em 1875, na cidade de Gotha, para fundar o Partido Social-Democrata Alemão (SPD), seu programa comum apresentou a proposta de um Estado popular (*Volksstaat*) para a Alemanha. Em sua *Crítica do Programa de Gotha* –, redigida como um documento interno e publicada apenas depois de sua morte – Marx rejeita abertamente o conceito de Estado popular. Além disso, em sua carta ao seu amigo Wilhelm Bracke – um dos líderes do Partido –, que enviou junto com a *Crítica*, Marx explicou que uma das razões para a redação desse documento era que “Bakunin me torna responsável não apenas por todos os programas etc. daquele partido, mas até por cada passo de Liebknecht desde o início de sua cooperação com o Partido Popular”<sup>11</sup>. Engels, em uma carta de março de 1875 a August Bebel, é ainda mais explícito: “O Estado popular [*Volksstaat*] foi sobejamente jogado em nossa cara pelos anarquistas, embora já o escrito de Marx contra Proudhon e, mais tarde, o *Manifesto Comunista* digam de maneira explícita que, com a instauração da ordem socialista da sociedade, o Estado dissolve-se por si só e desaparece”<sup>12</sup>.

Pode-se assim concluir que o argumento contra o estatismo lassaliano na *Crítica do Programa de Gotha* era, até certo ponto, motivado pelas polêmicas de Bakunin contra os sociais-democratas alemães. Na mesma carta a Bebel, Engels vai ainda mais longe, com relação ao anarquismo:

é puro absurdo falar de um Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda faz uso do Estado, ele o usa não no interesse da liberdade, mas para submeter seus adversários e, a partir do momento em que se pode falar em liberdade, o Estado deixa de existir como tal. Por isso, nossa proposta seria substituir, por toda parte [do Programa], a palavra “Estado” por *Gemeinwesen*, uma boa e velha palavra alemã, que pode muito bem servir como equivalente do francês *commune*.<sup>13</sup>

<sup>8</sup> Karl Marx e Friedrich Engels, *Inventer l'inconnu. Textes et correspondances autour de la Commune* (intro. Daniel Bensaid, Paris, Editions de La Fabrique, 2008), série Politiques de Marx.

<sup>9</sup> Karl Marx, *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte* (Moscou, Progress, 1937), p. 30 [ed. bras.: *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo, Boitempo, 2011, p. 76-7]

<sup>10</sup> Sobre o manuscrito de 1842, ver Miguel Abensour, *La Démocratie contre l'Etat. Marx et le moment machiavélien* (Paris, Le Felin, 2004), p. 137-42.

<sup>11</sup> Documento incluído em Karl Marx e Friedrich Engels, *Critique des Programme de Gotha et d'Erfurt* (Paris, Editions Sociales, 1950), p. 46 [ed. bras.: Karl Marx, *Crítica do Programa de Gotha*, São Paulo, Boitempo, 2012, p. 20]. O partido mencionado é o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (SDAP), fundado por Liebknecht e Bebel em 1869 na cidade de Eisenach e precursor do SPD. O *Volkspartei* era um partido liberal burguês, do qual Liebknecht participou antes da fundação do SDAP.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 99 [ed. bras.: p. 56].

<sup>13</sup> *Idem*.

## IV

Em vez de contabilizar os equívocos e tropeços de cada lado do conflito – não faltam acusações mútuas –, tentei enfatizar o aspecto positivo da I Internacional: um diversificado, múltiplo e democrático movimento internacionalista, no qual participantes com abordagens políticas distintas foram capazes não apenas de coexistir, mas de cooperar no pensamento e na ação durante alguns anos, atuando como a vanguarda da primeira revolução proletária moderna. Foi uma Internacional na qual marxistas e *libertaires*, como indivíduos ou como organizações políticas (tais como o Partido Social-Democrata Alemão, marxista) puderam, a despeito dos conflitos, trabalhar juntos e se engajar em ações comuns.

As Internacionais posteriores – a Segunda, a Terceira e a Quarta – não tiveram muito espaço para os anarquistas. Entretanto, em diversos momentos importantes da história do século XX, anarquistas e socialistas ou comunistas foram capazes de unir forças: 1) nos primeiros anos da Revolução de Outubro (1917-1921), muitos anarquistas, tais como Emma Goldman e Alexander Berkman, deram apoio (crítico) aos líderes bolcheviques; 2) durante a Revolução Espanhola, os anarquistas da Confederación Nacional del Trabajo – Federación Anarquista Ibérica (CNT-FAI) e os simpatizantes de Trotski do Partido Obrero de Unificación Marxista (Poum) lutaram lado a lado contra o fascismo, opondo-se à orientação não revolucionária dos stalinistas e dos sociais-democratas de direita; 3) em Maio de 1968, uma das primeiras iniciativas revolucionárias foi a fundação do Movimento 22 de Março, sob a liderança do anarquista Daniel Cohn-Bendit, junto ao trotskista Daniel Bensaïd. Houve também diversas tentativas intelectuais significativas de juntar as duas tradições revolucionárias, entre escritores (como William Morris ou Victor Serge), poetas (como André Breton, o fundador do movimento surrealista), filósofos (como Walter Benjamin) e historiadores (como Daniel Guérin).

A experiência da I Internacional não pode ser repetida, obviamente, mas ela é de extrema relevância para nós, neste começo do século XXI, quando novamente marxistas e anarquistas – ou autonomistas, *libertaires* etc. – reúnem forças e agem conjuntamente, seja como indivíduos, redes ou organizações políticas (cuja existência não é um obstáculo à cooperação), em apoio aos zapatistas em Chiapas, no movimento Justiça Global, nas lutas ecológicas radicais, nas mobilizações de massa dos Indignados (Espanha, Grécia), ou no Occupy Wall Street.

## Notas sobre a história da I Internacional<sup>1</sup>

MARCELLO MUSTO

### I. A formação da Internacional

No dia 28 de setembro de 1864, o salão do St. Martin's Hall, edifício situado no coração de Londres, estava lotado. Ali se encontravam cerca de 2 mil trabalhadoras e trabalhadores para assistir ao comício de alguns dirigentes sindicais ingleses e de um pequeno grupo de operários vindos do continente.

Os organizadores da assembleia não imaginavam – nem teriam podido prever – o que essa iniciativa geraria. Em pouco tempo, a Internacional suscitou paixões em toda a Europa, difundiu o ideal da solidariedade de classe e motivou a consciência de uma grande massa de mulheres e homens, que escolheram a luta com a mais radical das metas: a de mudar o mundo. Nas classes dominantes, ao contrário, a notícia da fundação da Internacional provocou horror. O pensamento de que também os operários viessem a exigir para si um papel ativo na história gerou indignação, e foram numerosos os governos que invocaram a eliminação da organização, perseguindo-a com todos os meios de que dispunham.

As organizações operárias que fundaram a Internacional eram muito distintas entre si. A tarefa política de fazer conviver todos esses ânimos na mesma organização foi indiscutivelmente obra de

<sup>1</sup> Este texto é parte da Introdução de minha autoria ao livro *Trabalhadores, uni-vos! Antologia da I Internacional* (São Paulo, Boitempo, 2014), por mim organizado.

Marx. Seus dotes políticos lhe permitiram conciliar aquilo que parecia inconciliável e asseguraram um futuro à Internacional, que, sem o seu protagonismo, teria seguramente caído no mesmo rápido esquecimento de todas as outras numerosas associações operárias que a precederam. Foi Marx quem deu uma finalidade clara à Internacional. Foi ele quem realizou um programa político não excludente, embora firmemente classista, como garantia de uma organização que ambicionava ser de massas e não sectária. Foi Marx, alma política de seu Conselho Geral, quem redigiu suas principais resoluções e compilou todos os relatórios preparatórios para os congressos. Ele foi o homem certo no lugar certo.

## II. Greves e expansão

A Inglaterra foi o primeiro país onde foram apresentados pedidos de adesão à Internacional. A atividade do Conselho Geral em Londres foi decisiva para seu reforço. Na primavera de 1866, com seu apoio aos grevistas dos Alfaiates Unificados de Londres, a organização contribuiu ativamente, pela primeira vez, para uma luta operária. Em seguida à vitória desses trabalhadores, cinco pequenas sociedades de alfaiates, de cerca de quinhentos trabalhadores cada uma, decidiram filiar-se à Internacional. O resultado positivo de outras disputas atraiu diversos sindicatos pequenos, tanto que, em setembro de 1865, as organizações sindicais filiadas eram já dezessete, para um total de mais de 25 mil membros.

Em setembro 1866, a cidade de Genebra sediou o primeiro congresso da Internacional. Fizeram-se presentes sessenta delegados, provenientes da Inglaterra, da França, da Alemanha e da Suíça. Naquele momento, a Associação pôde fazer um balanço muito favorável, tendo acolhido sob sua bandeira, apenas dois anos depois de sua fundação, mais de uma centena de sindicatos e organizações políticas.

A partir do fim daquele ano, as greves se intensificaram em muitos países europeus. Organizadas por grandes massas de trabalhadores, elas contribuíram para a tomada de consciência das condições em que essas pessoas eram forçadas a viver e foram o coração pulsante de um novo e importante período de lutas. Essas mobilizações representaram um primeiro momento de encontro e coordenação com a Internacional, que os apoiou com proclamações e apelos de solidariedade, organizando a coleta de dinheiro em favor dos grevistas e promovendo encontros para bloquear as tentativas dos patrões de enfraquecer a resistência dos trabalhadores.

Assim, apesar das dificuldades derivadas da heterogeneidade de países, línguas e culturas políticas, a Internacional conseguiu reunir e coordenar muitas organizações e lutas nascidas espontaneamente. Seu maior mérito foi o de ter sabido indicar a absoluta necessidade da solidariedade de classe e da cooperação internacional, superando irreversivelmente o caráter parcial dos objetivos e das estratégias do movimento operário. A partir de 1867, reforçada pelo sucesso desses resultados, pelo número aumentado de seus militantes e por uma eficiente estrutura organizativa, a Internacional avançou em todo o continente.

Se o Congresso de Bruxelas de 1868 marcou o momento a partir do qual teve início a viragem coletivista da Internacional, o congresso do ano seguinte, realizado em setembro 1869 na Basileia, consumou esse processo, erradicando as teorias de Pierre-Joseph Proudhon. O Congresso de Basileia também foi interessante por outro motivo: a participação do delegado Mikhail Bakunin. Não tendo conseguido conquistar a direção da Liga da Paz, em setembro de 1868 ele havia fundado, em Genebra, a Aliança da Democracia Socialista, uma organização que, em dezembro, apresentou um pedido de adesão à Internacional. Depois de ter finalmente derrotado os mutualistas e o espectro de Proudhon, Marx se viu, a partir daquele momento, na necessidade de enfrentar um rival ainda mais hostil, um desafiante que formaria uma nova tendência – o anarquismo coletivista – no interior da organização, e que visava conquistá-la.

## III. Desenvolvimento em toda a Europa e a Comuna de Paris

O período entre o fim dos anos 1860 e o início dos anos 1870 foi rico em conflitos sociais. Nesse intervalo de tempo, muitos dos trabalhadores que tomaram parte nos protestos resolveram dirigir-se à Internacional, cuja fama difundia-se cada vez mais. Apesar de seus recursos limitados, o Conselho Geral jamais deixou de responder com apelos de solidariedade a suas seções europeias com a coleta de fundos.

Em 1869, a Internacional obteve uma significativa expansão em quase toda a Europa. Devido à dura repressão imperial, na França o ano de 1868 havia sido caracterizado por uma fortíssima crise da Internacional. O ano sucessivo tornou-se, ao contrário, o de seu renascimento. Na Bélgica, distinguiu-se pela ascensão do sindicalismo, o êxito vitorioso das greves e a adesão à Internacional de inúmeras sociedades operárias. Durante esse período, o progresso da Inter-

nacional manifestou-se também na Suíça. Na Confederação Alemã do Norte, contudo, as coisas tomaram um rumo totalmente diverso. Apesar de o movimento operário daquele país já contar com organizações políticas, seu entusiasmo pela Internacional foi mínimo, e os pedidos de adesão tornaram-se escassos. Em compensação aos fracos resultados alemães, houve duas novidades positivas. Em maio de 1869, algumas seções da Internacional foram fundadas num novo país, a Holanda. Um pouco mais tarde, ela renasceu também na Itália, nação na qual só estivera presente, até então, com alguns núcleos esparsos e sem relação entre si. Ainda mais significativa, ao menos pelo caráter simbólico e considerando as esperanças que despertou, foi a expansão da Internacional no outro lado do Atlântico. A partir de 1869, por iniciativa de alguns imigrantes recém-chegados, foram constituídas as primeiras seções nos Estados Unidos.

Nesse cenário de dimensão universal, ainda que marcado por evidentes contradições e pela marcha desigual de seu desenvolvimento nos diversos países, a Internacional se preparava para celebrar seu quinto congresso, em setembro de 1870. Todavia, a Guerra Franco-Prussiana, deflagrada a 19 de julho de 1870, forçou sua suspensão.

Depois da queda de Bonaparte, derrotado em Sedan pelos alemães, em 4 de setembro de 1870 foi proclamada na França a Terceira República. A clara perspectiva de um governo que não realizaria nenhuma reforma social animou a sublevação dos parisienses, concluída com a derrubada de Thiers e a fundação, no dia 18 de março, da Comuna de Paris, o mais importante evento político da história do movimento operário do século XIX.

A Comuna de Paris foi reprimida com brutal violência pelo exército de Versalhes. Não obstante os dramáticos eventos de Paris e o furor da repressão posta em ação por todos os governos europeus, a força da Internacional aumentou em seguida aos acontecimentos da Comuna. Apesar de frequentemente cercada pelas mentiras escritas por seus adversários, a palavra “A Internacional” tornou-se, nesse período, conhecida de todos. Para os capitalistas e para a classe burguesa, soava como sinônimo de ameaça da ordem constituída, mas para os operários significou a esperança num mundo sem exploração e injustiças. A confiança de que isso fosse realizável aumentou depois da Comuna. A insurreição parisiense deu força ao movimento operário, impulsionando-o a assumir posições mais radicais e a intensificar a militância. Paris mostrou que a revolução era possível, que o objetivo podia e devia ser a construção de uma

sociedade radicalmente diferente da capitalista, mas também que, para alcançá-lo, os trabalhadores deviam criar formas de associações políticas estáveis e bem organizadas.

#### IV. A crise da Internacional

Nesse cenário, que não permitia a convocação de um novo congresso, e a quase dois anos de distância do último, o Conselho Geral decidiu promover uma Conferência em Londres (setembro 1871), para defender a Internacional da ofensiva das forças inimigas e obstaculizar a crescente influência de Bakunin.

Se o Congresso de Genebra de 1866 havia confirmado a importância do sindicato, a Conferência de Londres de 1871 definiu o outro instrumento fundamental de luta do movimento operário: o partido político. Apenas quatro delegados se opuseram à Resolução IX (“ação política da classe operária”), defendendo a necessidade de se adotar uma posição “abstencionista” de não engajamento na ação política; mas a vitória de Marx logo se mostrou efêmera. Após a conferência, Marx estava convicto de que as resoluções aprovadas em Londres receberiam o apoio de quase todas as principais federações e seções locais. Mas pouco tempo depois ele precisou reavaliar a situação.

A oposição ao Conselho Geral foi de diversos tipos, e muitas vezes baseou-se em motivos pessoais. Formou-se, assim, uma estranha alquimia que tornou a direção da organização ainda mais problemática. O adversário principal da virada ocorrida com a Resolução IX foi um ambiente ainda imaturo para receber o salto de qualidade proposto por Marx. O princípio de autonomia das várias realidades das quais se compunha a Internacional era considerado uma das pedras basilares da Associação, não só pelo grupo mais ligado a Bakunin, mas por grande parte das federações e seções locais.

A batalha final ocorreu no fim do outono de 1872. Depois dos terríveis eventos dos últimos três anos, a Internacional pôde finalmente voltar a reunir-se num congresso (Haia, setembro 1872).

A decisão de maior relevo tomada em Haia foi a introdução da principal deliberação política da conferência de 1871 nos estatutos da Associação. A luta política não era mais considerada um tabu, mas, antes, o instrumento necessário para a transformação da sociedade: “Porque os senhores da terra e do capital se servem de seus privilégios políticos para proteger e perpetuar seus monopólios econômicos, assim como para escravizar o trabalho, a conquista do poder político converte-se numa grande obrigação do proletariado”.



A Internacional era então muito diferente do que havia sido no tempo de sua fundação. Os componentes democrático-radical abandonaram a Associação, depois de terem sido marginalizados. Os mutualistas haviam sido derrotados e suas forças, drasticamente reduzidas. Os reformistas não constituíam mais a parte dominante da organização (exceto na Inglaterra) e o anticapitalismo tornara-se a linha política de toda a Internacional, inclusive das novas tendências – como a anárquico-coletivista – que haviam se formado no curso dos últimos anos. Ainda que durante a existência da Internacional a Europa atravessasse uma fase de grande prosperidade econômica – que, em alguns casos, tornou menos difíceis as condições do proletariado –, os operários haviam compreendido que sua situação só mudaria verdadeiramente com o fim da exploração do homem sobre o homem, e não por meio de reivindicações econômicas voltadas à obtenção de meros paliativos às condições existentes.

Ademais, o cenário havia mudado radicalmente também no exterior da organização. A unificação da Alemanha, ocorrida em 1871, marcou o início de uma nova era, em que o Estado-nação afirmou-se definitivamente como forma de identidade política, jurídica e territorial. O novo contexto tornava pouco plausível a continuidade de um organismo supranacional ao qual as organizações dos vários países, ainda que munidas de autonomia, deviam ceder uma parte consistente da direção política e uma cota das contribuições dos próprios filiados. Depois da Comuna de Paris, o verdadeiro desafio que se colocou ao movimento operário era a revolução, isto é, o de como organizar-se para pôr fim ao modo de produção capitalista e derrubar as instituições do mundo burguês. Não mais a questão da reforma da sociedade existente, da construção de uma sociedade nova. Para avançar por esse novo caminho da luta de classe, Marx pensava ser inadiável a construção, em cada país, de partidos políticos da classe operária. O documento *Ao conselho federal da região espanhola da Associação Internacional dos Trabalhadores*, redigido por Engels em fevereiro de 1871, foi uma das declarações do Conselho Geral mais explícitas nesse sentido. A morte da Internacional, que certamente se seguiria à decisão tomada em Haia de transferência do Conselho Geral para Nova York, era infinitamente preferível do que uma longa e inútil sucessão de lutas fratricidas. Porém, não parece convincente argumentar – como muitos o fizeram – que a principal razão para o declínio da Internacional tenha sido o conflito entre seus dois concorrentes, ou mesmo entre dois indivíduos, Marx e

Bakunin, por maior que sejam suas estaturas. Na verdade, foram as mudanças ocorridas no mundo ao redor da Internacional que a tornaram obsoleta. O crescimento e a transformação das organizações do movimento operário, o fortalecimento dos Estados-nação causado pela unificação nacional da Itália e da Alemanha, a expansão da Internacional em países como a Espanha e a Itália – com condições econômicas e sociais profundamente diferentes daquelas da Inglaterra e da França, onde a Associação havia nascido –, a definitiva virada moderada do sindicalismo inglês e a repressão que se seguiu à queda da Comuna de Paris agiram, de modo concomitante, para tornar a configuração originária da Internacional inapropriada frente às condições históricas modificadas.

## V. A Nova Internacional

A Internacional imprimiu na consciência dos proletários a convicção de que a emancipação do trabalho do jugo do capital não podia ser obtida no interior dos limites de um único país, mas que, ao contrário, era uma questão global. Do mesmo modo, graças à Internacional os operários compreenderam que sua emancipação só podia ser conquistada por eles mesmos, por sua capacidade de organizar-se, não podendo ser transferida a outrem. Por fim, a Internacional – e nesse ponto a contribuição teórica de Marx foi fundamental – difundiu entre os trabalhadores a consciência de que sua escravidão só teria fim com a superação do modo de produção capitalista e do trabalho assalariado, uma vez que as melhorias internas do sistema vigente, ainda que importantes, não modificariam por si só sua dependência econômica das oligarquias patronais.

Existe um verdadeiro abismo a separar as esperanças daquele tempo e a desesperança do presente; a determinação antissistêmica daquelas lutas e a subalternidade ideológica contemporânea; a solidariedade construída por aquele movimento operário e o individualismo de nossos dias, produto da competição do mercado e das privatizações; a paixão pela política dos trabalhadores que se reuniram em Londres em 1864 e a resignação e apatia hoje imperantes.

No entanto, numa época em que o mundo do trabalho voltou a sofrer condições de exploração semelhantes àsquelas do século XIX, o projeto da Internacional retorna com extraordinária atualidade. Sob cada injustiça social, em todo lugar em que trabalhadoras e trabalhadores se veem privados de seus direitos, germina a semente da nova Internacional.

A barbárie da “ordem mundial” vigente, os desastres ecológicos produzidos pelo presente modo de produção, o inaceitável abismo que separa as riquezas de uma minoria de exploradores e o estado de indigência de extratos cada vez mais vastos da população mundial, a opressão de gênero e os novos ventos da guerra, do racismo e do chauvinismo impõem ao movimento operário contemporâneo reorganizar-se, com urgência, a partir de duas características da Internacional: a radicalidade dos objetivos a perseguir e a forma poliédrica de sua estrutura. Os objetivos da organização nascida em Londres há 150 anos são hoje mais atuais e indispensáveis que nunca. Mas, para estar à altura do presente, a nova Internacional não poderá prescindir de dois requisitos fundamentais: deverá ser plural e anticapitalista.

## A guerra e a social-democracia da Rússia<sup>1</sup>

VLADIMIR I. LENIN



### Sem maquiagem

o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos

Ludmila Costhek Abílio

Coleção Mundo do Trabalho

Ancorada em um rico estudo de campo, a socióloga Ludmila Costhek Abílio investiga o trabalho de revendedoras da indústria de beleza brasileira tendo como foco o exército de aproximadamente 1 milhão de revendedoras de uma das mais reconhecidas empresas de cosméticos do país, a Natura. O resultado é uma abordagem original sobre o trabalho informal feminino dentro do Sistema de Vendas Diretas.

### Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III

Ricardo Antunes (org.)

O aguardado terceiro volume do denso inventário sobre o trabalho no Brasil, organizado pelo renomado sociólogo do trabalho Ricardo Antunes, apresenta um panorama amplo e multifacetado da nova morfologia do trabalho, analisando as distintas terceirizações, as múltiplas precarizações e os vários modos de ser da informalidade acentuados a partir dos anos 1990. Fruto de um dos maiores núcleos de pesquisa sobre o trabalho no Brasil, o livro reúne a contribuição coletiva de mais de vinte autores, incluindo Pietro Basso, Graça Druck, Alain Bihr e István Mészáros.



### Tempo, trabalho e dominação social

uma reinterpretação da teoria crítica de Marx

Moïse Postone

Em *Tempo, trabalho e dominação social*, o filósofo e historiador Moïse Postone propõe uma reinterpretação fundamental da teoria crítica de Marx. Fortemente influenciado pela Escola de Frankfurt e inserido em uma das tradições mais radicais e contemporâneas do marxismo, analisa o capitalismo, antes de tudo, como uma forma de vida. O livro inaugura uma nova frente nos estudos marxistas, tão polêmica quanto necessária, e as teses de Postone relacionam a forma do crescimento econômico e a estrutura do trabalho social na sociedade moderna com a alienação e a dominação presentes no coração do capitalismo.

**BOITEMPO**  
EDITORIAL

Tel. (11) 3875-7250 3875-7285  
editora@boitempoeditorial.com.br  
www.boitempoeditorial.com.br

A Guerra europeia, que foi preparada no decurso de decênios pelos governos e pelos partidos burgueses de todos os países, rebentou. O aumento dos armamentos, a extrema agudização da luta pelos mercados na época do atual estágio (imperialista) de desenvolvimento do capitalismo nos países avançados e os interesses dinásticos das monarquias mais atrasadas (as da Europa Oriental) deviam conduzir inevitavelmente, e conduziram, a esta guerra. Conquistar terras e subjugar nações estrangeiras, arruinar a nação concorrente, saquear suas riquezas, desviar a atenção das massas trabalhadoras das crises políticas internas seja da Rússia, da Alemanha, da Inglaterra ou de outros países, a desunião e o entontecimento nacionalista dos operários e o extermínio da sua vanguarda com o objetivo de debilitar o movimento revolucionário do proletariado – tal é o único real conteúdo, significado e sentido da atual guerra.

Sobre a social-democracia recai, antes de tudo, o dever de revelar esse verdadeiro significado da guerra e desmascarar implacavelmente a mentira, os sofismas e as frases “patrióticas” difundidas pelas classes dominantes, pelos latifundiários e pela burguesia que a defendem.

<sup>1</sup> Texto escrito em setembro de 1914 e publicado no jornal *Sotsial-Demokrat*, n. 33, 1<sup>a</sup> nov. 1914, mais tarde incluso em Vladimir I. Lenin, *Obras escolhidas* (Lisboa/Moscú, Avante!/Progresso, 1977), tomo I, p. 557-68. A tradução para o português foi realizada pelo Instituto de Marxismo-Leninismo, anexo ao CC do PCUS, e adaptada para esta edição por Luiz Bernardo Pericás.